



APRH

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS
NUCLEO REGIONAL DO SUL

DEBATE
RIO GUADIANA
PASSADO PRESENTE FUTURO

**O ALENTEJO E O ALQUEVA: POR ONDE PASSA O
DESENVOLVIMENTO ?**

Pedro Vieira
José Paulo Martins

O ALENTEJO E O ALQUEVA: POR ONDE PASSA O DESENVOLVIMENTO?

Pedro VIEIRA* e José Paulo MARTINS**

Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

Praça da República, 29 – 1º

7800 Beja

1 – PONTO DA SITUAÇÃO: O QUE É O ALENTEJO?

O Alentejo é a região mais carenciada a nível nacional, onde os problemas económicos e sociais se fazem sentir a par da degradação dos solos pela erosão em muitas das suas áreas.

Correspondendo a cerca de 1/3 do País (~3.000.000ha), os seus solos são em geral pobres e o clima sofre as oscilações próprias da região Mediterrânica. Estes factos, associados a práticas culturais erradas e a uma estratégia de produção assente nos cereais, têm-se revelado factores negativos levando à desertificação dos solos e à diminuição da população (-6,4% nos anos 80).

O Alentejo comporta, nos seus 420.000 ha cultivados (90% secos e pobres), 70% da produção de cereais nacional, e Portugal importa 67% das suas necessidades em cereal panificável.

A agricultura está em crise. Existem 45.000 produtores e estima-se que 5.000 a 10.000 abandonem a actividade até ao ano 2000, se esta crise se mantiver. Crise, mesmo com os 94 milhões de contos de verbas investidas desde 1986 através dos 8800 projectos que foram aprovados na região para aumentar a eficácia das explorações. A classe agrícola está envelhecida e com pouca formação técnica.

Os recursos hídricos disponíveis são escassos, pois as reservas estão mal aproveitadas, e o Alqueva sempre surgiu como um empreendimento salvador; fala-se do "Alentejo Verde", contrapondo esta imagem ao clássico Alentejo seco do Sul e ao Portugal Verde do Norte.

Face às oscilações do regime pluviométrico da região é aceitável a ideia da regularização dos caudais e da criação de uma reserva estratégica razoável de água a nível regional. Essa dimensão "razoável" é que é discutível, bem como as expectativas e custos que suportará.

* – dirigente nacional da Quercus. Coordenador do Dept. de Recursos Hídricos.

** - secretário nacional da Quercus. Responsável pelo Núcleo Regional de Beja.

2 – À PROCURA DAS VANTAGENS DO EMPREENDIMENTO

O investimento do empreendimento de Alqueva é muito grande, não significando isso que a região alentejana não necessita de investimentos. Antes de tudo, o Alentejo deseja a implementação de projectos que tenham uma relação emprego/investimento bastante elevada. Para um investimento a fazer ao longo de três ou mais décadas, na ordem dos 490 milhões de contos, as vantagens parecem ser reduzidas e de probabilidade incerta. Senão veja-se: o número de empregos a criar é discutível, pois dos 22.000 previstos apenas 4.000 estarão directamente ligados à agricultura. Isto sem referir que a evolução da política agrícola (incluída na nova PAC), terá sérias dificuldades face à forte e estabelecida concorrência com o Norte da Europa, e mesmo com o Sul, nas regiões de regadio. Um dos custos de produção a considerar na agricultura será, sem dúvida, a água. Esta questão ainda não está devidamente esclarecida no empreendimento de Alqueva, dado que não foi ainda divulgado o seu preço nem que a custeará. Mesmo na hipótese economicamente desaconselhável da água vir a ser subsidiada, resta ainda saber quem fará a rede terciária.

Aliás, faz impressão como se avança para um projecto em que se colocam tantas dúvidas quanto à viabilidade da alteração cultural e ao impacte do Plano de Rega na região. Assim, o próprio EIA reconhece as enormes limitações em relação aos solos e às culturas. Para além disso não faz referência — por razões provavelmente compreensíveis — à Política Agrícola Comum que não só faz restrições ao alargamento das áreas de regadio como não pretende subsidiar água para a agricultura. Compreende-se que um projecto agrícola que pretende implementar-se ao longo de décadas não defina, desde logo, as culturas a produzir. Contudo, já seria aconselhável que fossem traçados vários cenários — variando as culturas e as variações previsíveis do mercado nacional e internacional —, de modo a que não fosse tão chocante a indefinição quanto aos objectivos hidroagrícolas do projecto.

Em termos macroeconómicos pouco se ganha. O PIB fica insensível nos próximos 40 anos; a produção agrícola potencial nos 120.000 ha nestes 40 anos será de 0.65% da nacional. Segundo o relatório do consórcio Luso-Belga onde o governo se baseou diz-se que "o projecto do Alqueva não tem dimensão, sobretudo pelas produções viabilizadas, para influir visivelmente no redimensionamento macroeconómico da região" e em termos regionais "não são de esperar efeitos sensíveis na convergência do Alentejo com o conjunto da economia nacional" em termos de distribuição do Valor Acrescentado Bruto. Ou seja, só com o lançamento de outras actividades em redor deste projecto que deverá servir de catalisador, é que se pode esperar por resultados visíveis no Baixo Alentejo.

Na verdade, serão outras regiões a absorver 70 a 90% dos efeitos da dinamização do crescimento económico gerado pela despesa acrescida associada (principalmente a mão-de-obra, empresas de construção, etc.).

Infelizmente, estamos já habituados a assistir – e os alentejanos não aceitarão certamente tal – ao atraso na concretização destes grandes projectos. Assim, perguntamos se neste caso não estaremos correr o risco dos fundos comunitários resultarem insuficientes para a concretização da obra, ficando esta apenas com parte dos seus objectivos alcançados.

E, no fundo, sabe-se que o empreendimento não consegue, só por si, inverter o processo de decréscimo populacional da região. Não é previsível que inverta a tendência actual na região Alentejo e só no Baixo Alentejo pode estabilizar a situação, podendo gerar um crescimento de 3% no período de 40 anos que se contrapõe à tendência actual que seria para uma perda de 30% nesses 40 anos.

Quanto aos empregos, a opção tomada implica um impacte no Baixo Alentejo interior e em função da área de irrigação poderá ir aos ~22.000 postos de trabalho (20.000 no Baixo Alentejo e 4.500 directos na agricultura). Durante a fase de construção serão criados 1.000 a 1.500 postos de trabalho (até ao ano 2.000) que serão provisórios em função das obras de maior dimensão a desenvolver nesta primeira fase de 8 anos.

O sector da construção é o que mais ganhará, ficando com 25% da actividade gerada pelo empreendimento.

Quanto à vertente de produção de electricidade este projecto era a última prioridade da EDP. A rentabilidade será de apenas 9%. Uma parte da energia será consumida a elevar a água cerca de 80 metros desde a albufeira até à Barragem dos Álamos, de onde então seguirá por gravidade para os sistemas de rega.

Quanto à vertente turismo só pode ser tida como um complemento do projecto porque se queremos um turismo de marinas e actividades náuticas já temos o litoral. O Guadiana vale pela paisagem particular e pelo património das povoações que o envolvem. Aliás este é um dos impactes negativos do projecto pois vai submergir muitos dos vestígios da presença ancestral do homem nas margens do Guadiana que podem constituir um valioso complemento de um programa de desenvolvimento turístico destas regiões do interior.

3 – IMPACTE AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO: A QUE CUSTOS?

O Estudo de Impacte Ambiental da Barragem de Alqueva, que foi recentemente objecto de consulta pública, não deveria ter sido analisado desenhado do projecto de empreendimento de fins múltiplos de Alqueva. Na realidade, se, na descrição geral do empreendimento de Alqueva, a Comissão Instaladora reforça as vantagens do empreendimento, designadamente a alteração do modelo cultural da agricultura do Alentejo, não parece sensato que não se tenha procedido, desde logo, a uma análise global do empreendimento. A avaliação ambiental do projecto, bem como a consulta pública, é assim extemporânea tanto mais que actualmente decorrem estudos de impacte ambiental, com trabalho de campo, que aborda estes aspectos [contudo, como já foi manifestado pela Quercus, o período de estudo é insuficiente

para uma análise aprofundada]. Nesse sentido, a Quercus considera incorrecto e inadmissível que a aprovação de um projecto da envergadura do proposto apenas aborde a construção da barragem, excluindo à partida a análise dos impactes ecológicos, sociais e culturais dos açudes a jusante e, principalmente, do plano de rega. Quando se refere o impacte ambiental referimo-nos não só à componente ecológica mas também a social, a curto, médio e longo prazo. Subestimar os aspectos ecológicos face aos benefícios sócio-económicos imediatos é insensato e pode ter consequências económicas negativas e, por tal motivo, afundar as expectativas de uma região.

Existe um outro aspecto que a Quercus considera constituir uma manobra de desinformação. Os estudos de impacte ambiental têm sido apresentados de uma forma claramente parcial. O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais permitiu a realização do estudo de impacte ambiental sem a abordagem do plano de rega e do estuário do Guadiana, e autorizou a realização de um estudo complementar durante um período mínimo e na pior época do ano. A manipulação da informação chega também a ser chocante, sendo o relatório não técnico (que deverá constituir uma súmula acessível ao público em geral) do EIA já realizado perfeitamente inqualificável, porque tenta "atenuar" os impactes negativos da barragem e, através de um gráfico de impactes qualitativos apresentado na última página, mistura, de forma despropositada mas intencional, emprego (na construção cívil e temporário) com impactes negativos nas componentes ecológica e social. Outro exemplo da despreocupação dada aos impactes ambientais pode-se observar através do checklist dos impactes potenciais na água devidos à implantação de uma barragem, mas que não são suficientemente, ou sequer em alguns casos, abordados. Por outro lado, o projecto subvaloriza alguns dos impactes previsíveis (e significativos face à quantidade e qualidade actual da água do Guadiana) no pressuposto de que haverá uma melhoria na qualidade da água proveniente de Espanha e de uma gestão adequada da bacia internacional.

A disponibilidade de água é um aspecto que não é convenientemente avaliado. Na realidade, o EIA apenas utiliza dados hidrológicos até 1987, sabendo-se que, nos últimos anos, tem-se vindo a acentuar a diminuição do escoamento de água no Guadiana nacional. Recentes análises feitas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Cívil revelaram uma redução do escoamento em 56% relativamente aos 25 anos anteriores. Só por si este factor deveria obrigar a uma reavaliação de todo o projecto, designadamente a cota da barragem e a área do perímetro de rega.

Continua-se sem conhecer se o açude do Guadiana é ou não construído e se tal se verificar se está garantido a migração dos peixes.

Na área da agricultura, o impacte dos canais de rega são extremamente importantes quer ecológica quer socialmente. Do ponto de vista ecológico, a criação de mais de 5000 km de canais de rega, alguns dos quais com mais de uma dezena de metros de largura, constituirá um obstáculo físico importante que limitará e condicionará um grande número de espécie e a sua área de distribuição.

Relativamente à evaporação não é feita uma abordagem séria, apresentando-se apenas um valor-padrão teórico de 1500 mm/ano, o que a confirmar-se seria uma perda não negligenciável.

A evolução da qualidade da água parece-nos que deveria ser analisada com bastante cuidado, não sendo aconselhável que se parta de pressupostos de melhoria da qualidade da água proveniente de Espanha ou a outros valores respeitantes a barragens alentejanas.

No que concerne aos caudais ecológicos parece-nos óbvio que qualquer que seja esse caudal parte de pressupostos que não são fiáveis. Na realidade, para a definição de um caudal ecológico real seria necessário a existência de estudos biológicos e ecológicos, ao nível do microhabitat, e integrá-los com os dados físicos existentes. Depois, é bem conhecida a ausência de controlo e o incumprimento visível em outras barragens quanto ao caudal ecológico definido em projecto.

Relativamente às comunidades bióticas, se bem que a bacia do Guadiana tenham imensos estudos, o resumo não técnico subvaloriza a importância da riqueza florística e faunística do Guadiana e dos troços terminais dos seus afluentes, em especial o rio Degebe. Em relação à flora o projecto irá contribuir para o desaparecimento de espécies endémicas, o que não pode deixar de ser preocupante face à Convenção sobre Biodiversidade assinada na ECO-92. No que concerne à fauna o EIA aborda diversas comunidades, como os mamíferos, os répteis e os anfíbios, de uma forma superficial recorrendo na maioria das vezes a bibliografia e a dados que já estão desactualizados. Apenas as aves mereceram uma abordagem mais aprofundada, se bem que seja ressalvado o facto de que "há um conhecimento insuficiente sobre a composição e estruturação das diferentes comunidades de vertebrados", bem como sobre as suas áreas de distribuição, efectivos reais das populações da esmagadora maioria das espécies e relações de dependência do habitat e inter-dependência ecológica. Para além disso refere-se que quanto mais aprofundados são os estudos mais se revela a riqueza faunística da região. Tal como acontece com os outros aspectos, o resumo não técnico subvaloriza o impacto ambiental negativo sobre a fauna.

O aspecto mais grave na componente geológica é literalmente esquecido no resumo não técnico. Inadmissivelmente, o resumo não técnico omite a provável existência de uma falha activa junto à barragem, fazendo supor, segundo os autores do EIA, que "estão reunidas as condições para que ocorram sismos aquando do seu enchimento". A página 99 do tomo 2.1 é esclarecedor quanto ao risco: "Vários dos estudos analisados referem-se ao problema da sismicidade induzida mas sempre de forma bastante genérica. principalmente, as implicações da proximidade da barragem de Alqueva a falhas possivelmente activas e a intensidade dessa possível actividade, não estão suficientemente investigadas. Existe uma análise deste impacto relativamente á barragem de Alqueva que o caracteriza como de fiabilidade mal conhecida, duração momentânea, periodicidade esporádica, irreversível, de sentido negativo e magnitude 5 (numa escala de 0 a 5)".

4 – CONCLUSÃO

Sem colocar em causa – muito pelo contrário – a necessidade de investimentos no Alentejo, julga-se que é insensato dirigi-los exclusivamente para um empreendimento, tanto mais quando ele se apresenta rodeado de tão grande incerteza e com tão débeis impactes positivos em termos sociais e económicos.

O empreendimento de Alqueva aparece enquadrado num contexto nacional e europeu extremamente desvantajoso. Isso não significa que não deva ser implementado. Significa, sim, que não se pode, ainda mais com argumentos políticos facilmente aceites pelas populações locais, induzir em erro uma região que não terá saída no caso de o projecto não ser concluído ou não ter viabilidade económica.

O Alentejo tem recursos naturais e humanos em quantidade e qualidade, sendo necessário potenciá-los. No entanto, potenciar não significa destruir património natural nem criar expectativas.

O que nos deve preocupar não é a desertificação humana (isto é, a diminuição da população), mas sim as causas e os efeitos dessa desertificação. Com Alqueva duvida-se que se resolverão as causas e se minimizará os efeitos. Manter uma população estável e sobretudo com condições e qualidade de vida deve ser o objectivo do desenvolvimento económico da região Alentejo, onde o Alqueva se enquadra, ou não...